



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

CONTABILIDADE AMBIENTAL E A EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS NO CASO DA COMPANHIA SAMARCO S.A.

LARISSA PEREIRA
larissa-pr@outlook.com

JOISSE ANTONIO LORANDI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
joisse.lorandi@ufsc.br



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

CONTABILIDADE AMBIENTAL E A EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS NO CASO DA COMPANHIA SAMARCO S.A.

CONTABILIDADE AMBIENTAL E A EVIDENCIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS NO CASO DA COMPANHIA SAMARCO S.A.

ACCOUNTING AND ENVIRONMENTAL DISCLOSURE OF CONTINGENCIES IN CASE OF SAMARCO COMPANY S.A.

Resumo

As práticas contábeis são utilizadas para controlar, gerir, e mensurar, auxiliando assim na tomada de decisões das organizações. A sua prática no contexto ambiental, é uma ferramenta necessária para construir o conceito de empresa sustentável, ou seja, ampliar o modelo antigo de negócio, para uma nova forma de desenvolvimento. A nova proposta é agregar ao lucro as políticas de sustentabilidade e valorizar o benefício econômico futuro, protegendo ao meio. O objetivo da pesquisa, consiste em verificar como a contabilidade ambiental e a evidenciação dos resultados, pode apresentar os impactos ambientais, os métodos para valoração e as medidas de reparação realizadas. Verificando assim a ligação da responsabilidade social com o desenvolvimento sustentável e a contabilidade como meio para demonstração dos resultados auferidos. De acordo com este contexto os resultados obtidos na pesquisa, foram satisfatórios, demonstrando o grau de importância da contabilidade na organização, bem como, a sua evidenciação. A empresa analisada Samarco Mineradora S.A, joint ventura entre a Vale e a BHP, se responsabilizou pelos impactos ambientais causados no rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG e demonstrou em seu relatório contábil, os danos gerados e as medidas e programas criados para recuperação e prevenção de novos acontecimentos.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental; evidenciação; passivos contingentes.

Abstract

The accounting policies are used to control, manage, and measure, thereby assisting in decision-making organizations. Its practice in the environmental context, is a necessary tool to build the concept of sustainable business, or expand the old business model for a new form of development. The new proposal is to add to profit sustainability policies and enhance the future economic benefit, protecting the environment. The objective of the research is to see how the environmental accounting and disclosure of results, can present the environmental impacts, the methods for evaluation and remedial measures taken. thus verifying the connection of social responsibility to sustainable development and accounting as a means of statement of income earned. Under this context the results obtained in the study were satisfactory, demonstrating the degree of importance of accounting organization, as well as their disclosure. The company analyzed Samarco Mining Company SA, a joint venture between Vale and BHP, was responsible for the environmental impacts caused in breaking the precipice dam in Mariana / MG and demonstrated in his book report, the damage caused and the measures and created programs for recovery and prevention of new events.

Keywords: Environmental accounting; disclosure; contingente liabilities.

1. Introdução

O desenvolvimento sustentável e as práticas de gestão ambiental, estão em discussão na sociedade desde os anos 70, quando foi realizada a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, Georgia (ex URSS). A educação ambiental é considerada um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente e adquirem os conhecimentos, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir individual e coletivamente para resolver problemas ambientais presentes e futuros (DIAS,1992, p.92).

Esta consciência ambiental está em constante evolução, os termos administração, gestão do meio ambiente, ou simplesmente gestão ambiental são entendidos como diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos, entre outras, tem o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas (BARBIERI,2007).

De acordo com Laurindo (2014), as organizações conscientes estão passando a tratar a área ambiental com o mesmo zelo que as demais áreas, a saber: finanças, recursos humanos, vendas, produção, etc. Assim como as atividades das referidas áreas organizacionais, os impactos ambientais causados pelo processo produtivo das empresas, também podem ser mensurados. Tanto que, a contabilidade ambiental como instrumento de gestão organizacional, está em crescimento, apresentando métodos para redução dos danos e impactos ambientais e até mesmo a prevenção através de atribuição de valores aos ativos e passivos ambientais, análise do processo produtivo, realocação de custos, redução de resíduos, políticas de reuso, entre outras.

Sob este enfoque, o presente artigo trata como a contabilidade ambiental, atrelada a responsabilidade social e valoração ambiental, podem contribuir para a evidenciação dos impactos ambientais causados pelas organizações. Apresentando os instrumentos da gestão contábil para a prática do desenvolvimento sustentável.

A pressão externa proveniente da sociedade, fez com que muitas empresas desenvolvessem práticas sustentáveis, visando o benefício econômico futuro. Para Savitz e Weber (2007), a empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações. Segundo John Elkington (1997), o modelo de negócio tradicional que considerava somente os fatores econômicos (lucro) na avaliação de uma empresa, evolui para um modelo que contempla o desempenho ambiental (planeta), social (pessoas) e por fim financeiro. Analisando o sucesso da organização sob o ponto de vista de seu impacto sobre a economia mais ampla, o meio ambiente e a sociedade em que atuam.

As práticas socioambientais, são estratégias pensadas para orientar as ações das empresas em consonância com as necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro e da satisfação de seus clientes, o bem-estar da sociedade. A empresa está inserida nela e seus negócios dependerão de seu desenvolvimento, portanto, deve existir um comprometimento para com a sociedade. (TOLDO, 2002)

Essas práticas são de extrema importância, o nível de prática da sustentabilidade influencia diretamente na governança corporativa, elevando a organização e valorizando o patrimônio empresarial. Muitas empresas estão publicando junto com o relatório da administração, os relatórios referentes a sustentabilidade e a evidenciação dos passivos contingentes e provisões nas notas explicativas, essas atitudes, alavancam o desenvolvimento sustentável.

Por fim, pode-se verificar com o caso estudado da barragem de resíduos da Companhia Samarco, a importância da evidenciação. Com base na análise das demonstrações contábeis e notas explicativas, pode-se auferir os danos ambientais, os passivos contingentes registrados e as medidas

tomadas pela empresa para recuperação e redução dos impactos ambientais através dos programas socioambientais e socioeconômicos.

2. Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável

“Somos moradores da ‘ casa Terra’ e devemos nos comportar como se comportam os outros moradores dessa casa – as plantas, os animais e os microorganismos que constituem a vasta rede de relações que chamamos ‘teia da vida’.”

Fritjof Capra

O meio ambiente sofre agressões constantes vindas do homem e de sua forma de viver. Borges e Tachibana (2005) ressaltam alguns antecedentes históricos que provocaram as maiores alterações ambientais geradas pelo homem, destacando o desenvolvimento da agricultura e da manufatura, que, com a Revolução Industrial, caracterizou o surgimento de uma forma de vida muito dependente de energias não renováveis. Tendo em vista esse contexto histórico as organizações incluíram na responsabilidade social as questões ambientais como uma medida para alcançar o desenvolvimento sustentável. (BARBIERI, CAJAZEIRA 2009)

O Instituto Ethos (2004) afirma,

[...] a responsabilidade social é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Segundo Tachizawa (2015), a responsabilidade social está se transformando num parâmetro, em referencial de excelência para o mundo dos negócios e para todo o Brasil corporativo. Em 2004 levando em consideração a importância da divulgação das informações divulgadas pelas organizações, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual conceitua e objetiva procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. (KRESPI, UTZIG, DALLABONA, SCARPIN, 2012).

Além disso, a organização deve enfatizar as suas ações sustentáveis e o impacto das suas atividades para os agentes com os quais interagem (stakeholders): empregados; fornecedores; clientes; consumidores; comunidade; governo e sociedade. (TINOCO 2010)

Segundo Barbieri e Cajazeira (2009), da confluência da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, surge o conceito de empresa sustentável, ao qual está em culminância, incorporando compromettimentos com as demandas da sociedade. Logo, o mínimo que se espera de uma empresa, é seguir a legislação em vigor, evitando litígios, antecipando as mudanças na legislação e honrando os contratos estabelecidos.

Os avanços ocorridos na área ambiental quanto aos instrumentos técnicos, políticos e legais, são inegáveis e inquestionáveis. Nos últimos anos saltos quantitativos foram dados no que se refere à consolidação de práticas, e à formulação de diretrizes que tratam a questão ambiental de forma sistêmica e integrada. (TINOCO 2011)

A preocupação com o meio ambiente, as leis ambientais, e a evidenciação através do balanço social e das notas explicativas, estão contribuindo para a formação de empresas sustentáveis, logo a busca pela sustentabilidade tornou-se mais forte nos últimos anos, cada vez mais, falamos em desenvolvimento sustentável, energia limpa, redução de danos e impactos ambientais.

A UN (2001) define desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades. Desenvolver sustentavelmente significa promover o desenvolvimento econômico concomitantemente à preservação do meio ambiente e relações justas de trabalho.

O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social, para Mota (1997) o desenvolvimento sustentável consiste em um processo de mudança em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a ação institucional possuem potencial para atender às necessidades humanas. O alcance de um desenvolvimento econômico sem exaurir os recursos naturais.

Nesta prerrogativa, existem alguns pontos importantes a destacar que podem ser seguidos para o alcance do desenvolvimento sustentável. Dentre eles, avaliar a quantidade dos recursos naturais disponíveis, a utilização consciente destes, a implantação de políticas sustentáveis para a reutilização, preservação e recuperação dos ativos, visando a redução dos passivos ambientais.

2.1 Contabilidade Ambiental

A essência da contabilidade está presente desde o início da civilização, o homem apresenta uma tendência em avaliar, mensurar e quantificar. É essa ambição intrínseca que move a evolução da prática contábil até os dias atuais. (GARCIA, 2009)

Relatos históricos demonstram que as práticas da contagem remontam de 2.000 a 4.000 a.C., todavia, a prática rudimentar da contabilidade era aplicada no cotidiano do homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça disponível, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas e ao economizar alimentos.

A contabilidade reflete um dos aspectos mais dominantes no homem hedonista, isto é, põe ordem nos lugares em que reinava o caos, toma o pulso do empreendimento e compara uma situação inicial com outra mais avançada no tempo. O grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações. (IUDICIBUS 2015)

A contabilidade como ferramenta principal de gestão, foi normatizada e a sua aplicabilidade foi disseminada em diversas áreas do conhecimento. Uma delas, a qual é a principal fundamentação deste trabalho, é a vertente da contabilidade ambiental, a qual se faz necessária nas organizações para alcançar o desenvolvimento sustentável. (LAURINDO, 2014)

Para Ribeiro (2005, p 45), os objetivos da contabilidade ambiental se consubstanciam em: “[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”.

Bergamini Júnior (1999) afirma que:

“Alguns fatores que dificultam o processo de implementação da contabilidade ambiental são, entre outros, a ausência de aquisição clara de custos ambientais, a dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo, o problema em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de custos passados, a falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo, no caso de uma usina nuclear, pouca

transparência com relação aos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios”.

O primeiro passo dentro da organização para iniciar o controle e tomar medidas preventivas, é a contabilização dos ativos, passivos, custos e despesas ambientais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Dentre as contas patrimoniais, o passivo ambiental está em ênfase para discussões, uma vez que sua mensuração se torna essencial para a preservação e recuperação do meio ambiente. (GOULART, 2010)

Para Zanluca (2005b), o instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) conceitua o passivo ambiental como:

[...] “toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Uma organização tem passivo ambiental quando ela agride de algum modo ou ação o meio ambiente e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação aprovado oficialmente ou de sua própria decisão”.

Além do passivo ambiental gerado pela agressão ao meio ambiente ou a sua recuperação, existe o passivo incorrido através de atitudes ambientalmente responsáveis, como o gerenciamento ambiental através da manutenção, aquisição de insumos, máquinas, operadores capacitados, equipamento e sua instalação. (RIBEIRO, GRATAO 2000)

Um passivo ambiental deve ser registrado e evidenciado, tendo em vista que a partir do momento que foi incorrido, será classificado como uma obrigação da organização. Neste caso, a empresa pode fazer um levantamento dos gastos realizados ou a realizar e elaborar um plano de viabilização. Este deverá ser reconhecido através de provisões contábeis as exigibilidades envolvidas. (TINOCO, KRAEMER 2011)

Caso a organização não consiga mensurar, deverá evidenciar nas notas explicativas, detalhando o motivo pelo qual não foi possível a valoração do mesmo e o momento que espera quitar essa obrigação. A existência de riscos futuros deve ser objeto de destaque, com a abrangência e profundidade proporcional ao grau de risco. (RIBEIRO 2010)

Essa existência de risco futuro pode dar surgimento, ao que chamamos de passivos contingentes.

Hendriksen (1999) apud Tinoco e Kraemer (2011), considera que se existir um valor provável para uma exigibilidade, mesmo que derivante da aplicação de probabilidade aos eventos (provisão), deveria ser estimado e registrado. Entretanto, se a obrigação tiver alta probabilidade de ser igual a zero, deveria ser classificada como contingencial e evidenciada apenas em nota explicativa.

De acordo com CPC 25 (2009), (a) passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; (b) uma obrigação presente de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

As contingências ambientais são utilizadas para a finalidade de cumprimento das exigências legais, no que tange a recuperação ambiental e para a prevenção em relação a eventos inesperados. O reconhecimento dos passivos ambientais é um procedimento recomendado nos meios empresariais, a fim de, identificar e caracterizar os efeitos ambientais adversos, de natureza física,

biológica e antrópica, proporcionado pela construção, operação, manutenção, ampliação ou desmobilização de um empreendimento ou organização produtiva. (TINOCO E KRAEMER, 2011)

Após o reconhecimento e mensuração dos fatos contábeis, as organizações toram isto público através da evidenciação das demonstrações, íntegras e tempestivas, a fim de, passar uma maior confiabilidade aos seus usuários.

2.2 Valoração Ambiental

O crescimento populacional e a quantidade de recursos naturais disponíveis, são variáveis inversamente proporcionais. O ritmo acelerado das indústrias e a quantidade de recursos utilizados para atender a demanda da sociedade, sobrecarregam o planeta, tanto na retirada de recursos naturais, quanto no depósito de rejeitos.

Segundo, Queiroz, Silva, Braga, Pinho, Santos (2010, p11), desde o século XX a problemática tem se agravado com o processo de globalização, em que os países desenvolvidos continuam cada vez mais ricos e gerando um maior volume de poluição, em decorrência das grandes indústrias (consumo elevado de matéria-prima natural, energia e produção de efluentes e resíduos nocivos ao meio ambiente) e do aumento do consumo (gerando lixo orgânico e reciclável).

Em conjunto com o desenvolvimento desenfreado das indústrias, temos profissionais empregados em implantar soluções para reduzir os impactos e reparar os danos já existentes. Uma das questões abordadas constantemente é a gestão ambiental, a prática da sustentabilidade para um desenvolvimento sustentável, para que gerações futuras possam usufruir de toda a riqueza que ainda temos. Acredita-se que a mensuração destas ações possa ser exposta por meio da contabilidade ambiental, buscando demonstrar se as ações adotadas refletem exatamente a contrapartida das consequências ambientais ocorridas. (CÔRTEZ, MARTINS 2016)

Muitos teóricos classificam os bens intangíveis como os mais difíceis de valorar. Como atribuímos valor aos animais em extinção, a mata degradada, aos rios, lagos e mares poluídos? Para avaliação da parte intangível de um ativo ou passivo ambiental, os estudiosos da área econômica e contábil têm definido algumas técnicas de valoração, através da mensuração dos benefícios auferidos pelos usuários desses recursos.

Para atribuir valores a esses bens, é analisado todo o contexto, a importância que representa na natureza, os seres que dependem deles e a abundância ou escassez. Ortiz (2003 p.83), afirma que a importância atribuída ao bem ou serviço ambiental de qualquer natureza, tem valores associados aos bens ou recursos ambientais, que podem ser valores morais, éticos ou econômicos.

Entre os instrumentos de gestão ambiental, o método de valoração ambiental, pode ser utilizado para mensurar o patrimônio ambiental das organizações. Existe uma dificuldade de mensurar os o patrimônio ambiental que muitas vezes são classificamos de intangíveis. Essa ferramenta é utilizada para atribuir valores aos bens e serviços resultantes da natureza, os custos e os benefícios oriundos dela. A valoração ambiental, é uma fonte de definição, posto que, pode resultar em uma estimativa monetária de proteção das áreas ambientais. (MATOS, 2006)

Através dos instrumentos de gestão, pode-se fazer um levantamento dos processos produtivos e recursos utilizados, formas de uso, aproveitamento e desperdício, a fim de, valorar e melhorar o sistema de uso, reduzindo possíveis danos e impactos gerados pelo homem.

Segundo Ferreira (2003, p83), sob o ponto de vista das empresas, esse processo torna-se um componente cada vez mais importante, podendo, inclusive, influenciar significativamente o valor das ações de empresas nas bolsas de valores. Para os investidores, a mensuração dos impactos ambientais causados será um diferencial no processo de tomada de decisão. Atualmente, isso é feito através dos Relatórios de Impacto Ambiental e de avaliações de auditorias ambientais. Esses relatórios procuram expressar os impactos potenciais de um novo projeto ou impactos que vêm ocorrendo nos empreendimentos em operação.

Existem métodos de valoração ambiental que são capazes de diferenciar e mensurar o bem de acordo com a intenção de consumo, benefícios gerados e questões morais, éticas e culturais. Estes métodos são capazes de captar estas distintas parcelas de valor econômico do recurso ambiental. Entretanto, conforme demonstrado na figura 1 e na figura 2, cada método apresenta limitações na cobertura de valores, a qual estará quase sempre associada ao grau de sofisticação metodológica, à base de dados exigidos, às hipóteses sobre comportamento do indivíduo consumidor e aos efeitos do consumo ambiental nos diversos setores da economia. (JÚNIOR, PORTUGAL, ABREU 2012)

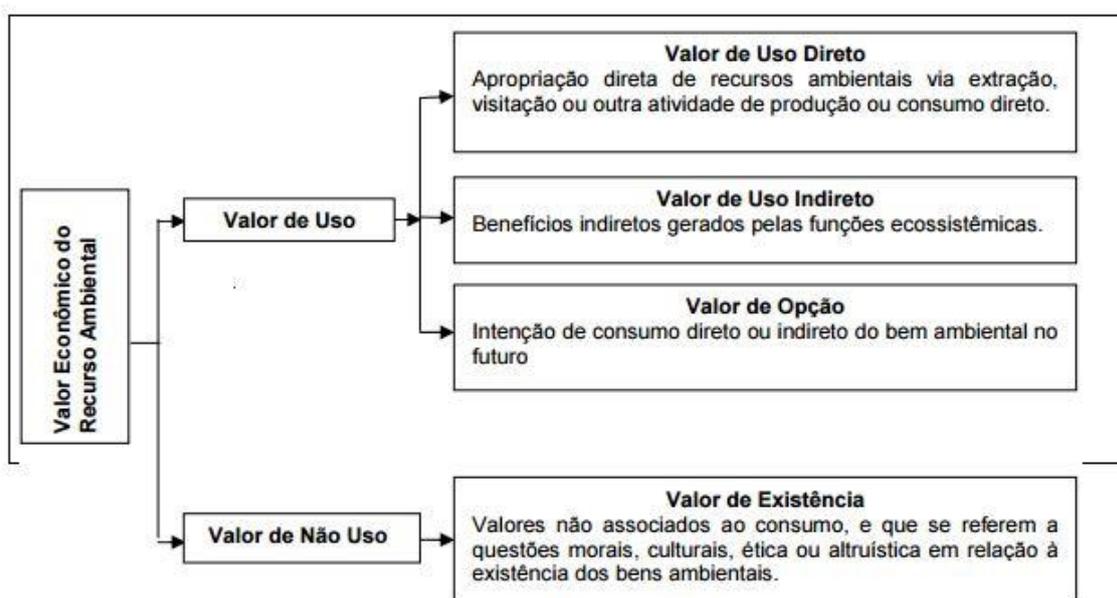


Figura 1: Valor econômico de um recurso ambiental
 Fonte: MAIA et al., 2004 apud FONSECA, LIMA, REZENDE (2014)

Na figura 1, May et. al. (2003) apud Júnior, Portugal, Abreu (2012), faz uma análise discriminada dos componentes do Valor Econômico Total:

- Valor de uso direto é aquele derivado do consumo direto do recurso, uma vez que o mesmo recurso ambiental pode ter vários usos distintos e, sendo assim vários valores de uso direto.
- Valor de uso indireto consiste no valor que advém das funções ecológicas do recurso ambiental. São benefícios gerados pelos recursos ambientais.
- Valor de opção relaciona-se com a quantia que os indivíduos estariam dispostos a pagar para manter o recurso ambiental para o uso no futuro, ou seja, deixando de usar no presente para usá-lo no futuro.
- Valor de não uso ou valor de existência é o fato do recurso estar disponível, sem que o indivíduo tenha vantagem direta ou indireta dessa presença, sendo assim diferente do valor de uso, que representa o valor que as pessoas obtêm a partir do uso do objeto.

A valoração econômica ambiental é classificada de maneiras diferentes por diversos autores, dentre elas, pode-se citar as modalidades diretas e indiretas, que são observadas ou hipotéticas, ou ainda baseado na função de produção e na função demanda. (ORTIZ, 2003)

A existência de vários métodos é resultado de adaptações para situações inusitadas ou específicas, sendo, necessários critérios diferentes de avaliação. Para escolher o melhor método, é preciso avaliar o tipo de recurso a ser mensurado, as informações coletadas, as limitações e objetivos desejados. De acordo com as bibliografias analisadas, o método indireto se faz presente nas organizações, demonstrando valoração através do não-uso, ou seja, custos que foram evitados.

A figura 2, apresenta as formas de valoração mais conhecidas no mercado, e a forma como elas atuam nos valores dos bens e serviços ambientais. (FURIO,2006)

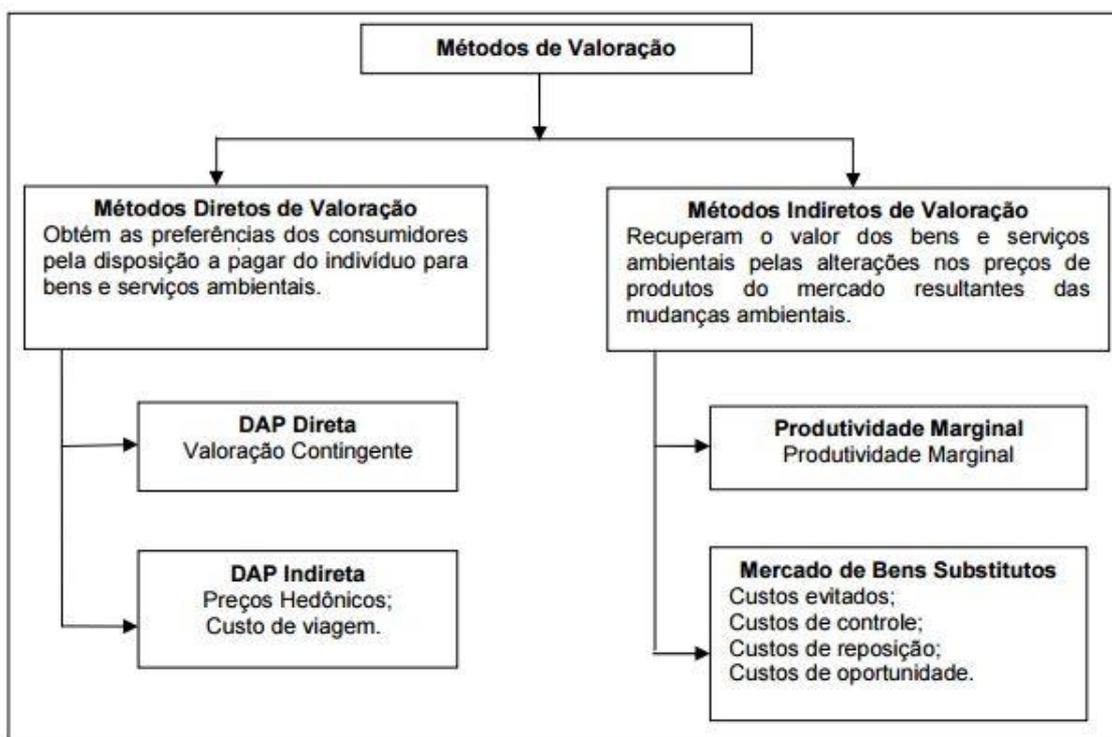


Figura 2. Métodos de valoração ambiental

Fonte: Maia et al., 2004 apud Fonseca, Lima, Rezende, (2014).

Para Maia et al. (2004) apud Fonseca, Lima, Rezende (2014), os métodos diretos procuram captar as preferências das pessoas utilizando-se de mercados hipotéticos ou de mercados de bens complementares para obter a disposição a pagar (DAP) dos indivíduos pelo bem ou serviço ambiental. Os métodos indiretos procuram obter o valor do recurso por meio de uma função de produção, relacionando o impacto das alterações ambientais a produtos com preços no mercado.

Os métodos de valoração são bem distintos e devem ser utilizados de acordo com o objetivo da mensuração. Por exemplo, o valor de uso direto está atrelado a biodiversidade, como, atividades de recreação e lazer, e o valor de uso indireto, provém de outros usos indiretos, como a proteção de uma bacia hidrográfica, preservação de um *habitat*, ou estabilização climática. Já os valores de não-uso, são valores que não estão ligados ao uso, podendo ser, benefício econômico futuro ou valor de existência. (SEIFERT, 2010)

Pode-se utilizar também a valoração através do custo de recuperação, mitigação e mudança de produtividade, onde a recuperação é estimada de acordo com o possível dano, a mitigação são as despesas provenientes de uma degradação ambiental já ocorrida e a mudança de produtividade, são alterações no processo produtivo que possibilitam uma redução nos danos ambientais através de redução dos dejetos e resíduos tóxicos. (MAIA, ROMEIRO, REYDON, 2004)

A mitigação ainda é a valoração mais utilizada comparada as demais, tendo em vista, que muitas organizações não planejam, nem provisionam os custos para degradação. Muitas vezes, primeiramente ocorre uma multa pelo não cumprimento da legislação ambiental e somente depois como sentença, faz-se a recuperação da área degradada. Cabral (2005), Monteiro (2003)

3. Metodologia

O projeto tem como objetivo realizar um estudo abrangente das teorias contábeis e do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingente, aplicadas a gestão ambiental, para a valoração e evidenciação dos passivos ambientais. Optou-se por uma pesquisa teórica de caráter exploratório, em busca de alternativas de gestão ambiental e posteriormente a verificabilidade deste na empresa Samarco Mineradora S.A. A pesquisa inicialmente foi conduzida através dos livros e artigos atuais.

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de resíduos fundão, localizada no município de Mariana/MG, propriedade da Companhia Samarco Mineradora S.A. Tendo em vista este acontecimento, posteriormente a pesquisa desenvolveu uma análise dos dados publicados e a interdisciplinaridade da contabilidade com a questão ambiental. Como material para o levantamento das informações, números e consequências do rompimento, utilizou-se as demonstrações contábeis divulgadas pela empresa em estudo no ano de 2015 e o Laudo Técnico Preliminar divulgado pelo IBAMA em novembro de 2015. Além disso, foi realizado uma análise comparativa das provisões contingentes apresentados na demonstração do resultado do exercício, a fim de, verificar a principal destinação do montante e os programas que serão utilizados com este capital.

4. Apresentação e resultados da pesquisa

4.1 Breve histórico da empresa

A empresa Samarco atua no segmento de mineração, é uma joint ventura entre a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. Fundada nos anos 70, é a pioneira no transporte de pelotas de minério, extraindo e beneficiando através de concentradores que aumentam o seu teor de ferro, para a comercialização na indústria siderúrgica mundial. Hoje a empresa exporta para 19 países das Américas, Oriente médio, Ásia e Europa.

A Samarco conta com três concentradores instalados na unidade de Germano, em Minas Gerais e opera em quatro usinas de pelotização na unidade de Ubu, no município de Anchieta, no Espírito Santo, onde possui um terminal marítimo próprio para o escoamento de sua produção. A empresa utiliza uma estrutura moderna de governança corporativa constituída pela BHP e Vale, permitindo aos acionistas um acompanhamento eficiente do seu negócio. Além disso, a organização considera como seu maior ativo, os seus colaboradores, principais responsáveis pelo alcance dos resultados e utiliza boas práticas de gestão de pessoas para a promoção do desenvolvimento profissional e melhora na qualidade de vida.

4.2 Rompimento da barragem de Fundão

Em 05 de novembro de 2015, a Samarco divulga nota informando o acidente no rompimento da barragem em Mariana/MG. De acordo com o relatório divulgado pelo IBAMA (2015), a barragem continha certa de 50 milhões de m³ de rejeitos de mineração de ferro, desses, trinta e quatro milhões de m³ foram lançados no meio ambiente. Inicialmente os rejeitos atingiram a barragem de Santarém e posteriormente desaguaram no rio Carmo e Doce. O desastre causou, mortes de trabalhadores e moradores das comunidades, destruição de áreas de prevenção da Mata Atlântica, morte da biodiversidade aquática e fauna terrestre, alteração dos padrões de qualidade da água, entre outros.

Em 06 de novembro a empresa informou que colocara em ação o plano emergencial de barragens, priorizando o atendimento e a integridade pessoal e ações para conter os danos ambientais. E em 16 de novembro a empresa assinou um Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), contemplando uma série de ações emergências de contenção, prevenção e mitigação dos impactos socioambientais. Após tomadas as medidas emergências, fica definido em março de 2016 a criação de uma Fundação de direito privado que ficou responsável pela criação e gestão

de recuperação social, ambiental e econômica das regiões atingidas pelo rompimento da barragem.

A empresa Samarco, coloca à disposição da sociedade relatórios atualizados, descrevendo as ações praticadas no plano firmado de recuperação ambiental integrado e apresenta em relatórios da administração e nas suas demonstrações contábeis, as medidas tomadas e o custo alocado para a recuperação dos danos sociais e ambientais, bem como, o capital provisionado para possíveis contingências.

4.3 Evidenciação conforme CPC 25 – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37

Segundo o CPC 25 (p. 5, 2009), uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) A entidade tem uma obrigação presente, seja, legal ou não formalizada, como o resultado de evento passado;
- (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

No caso do rompimento da barragem de fundão, a Samarco Mineração S.A., divulgou a seguinte informação extraída do relatório dos auditores independentes da PWC:

[...] as premissas e as bases utilizadas pela Administração para constituição da provisão relacionada à reparação dos danos causados pelo rompimento, bem como a estimativa das obrigações advindas desse fato. Essas premissas e bases foram determinadas com o suporte de consultores externos especializados contratados para tal fim. Os valores que serão efetivamente pagos pela Companhia em relação ao rompimento da barragem poderão diferir daqueles ora estimados pela sua Administração, em função da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia. Dessa forma, a provisão ora constituída está sujeita significativa e os valores efetivos podem ser significativamente diferente do que aqueles contabilizados em 31 de dezembro de 2015.

De acordo com a Samarco (2015) nota explicativa nº 3, item (h) contingências, esclarece que o capital destinado as contingências que será utilizado para reparação, remediação, e indenização para os impactos ambientais, sociais, impactos e perdas matérias e vidas além de compensação aos municípios impactados, está incluso na conta provisões diversas, como podemos observar no balanço patrimonial publicado.

A companhia menciona que foi autuada pelos órgãos ambientais devido ao lançamento de resíduos sólidos e degradação dos recursos hídricos. Os autos de infração totalizam R\$ 432.356 e a expectativa de perda é possível.

Conforme a figura 3 apresenta, as demonstrações financeiras da Companhia foram publicadas apresentando em seu balanço contas específicas para as determinadas provisões citadas pela auditoria, destacando em suas notas explicativas as estimativas, julgamento e bases utilizadas na mensuração. Devido ao rompimento da barragem de rejeitos de fundão, a Samarco Mineradora S.A, incorreu em gastos para reparação, contenção e compensação dos danos.

A nota explicativa nº 3, (g) Provisões diversas, apresenta as medidas e ações previstas para recuperação dos danos causados.

TTAC revela que serão quarenta e um programas ao todo, sendo vinte e três socioeconômicos e dezoito socioambientais, realizados em um período de quinze anos, renovado a cada ano até que todas as medidas sejam cumpridas. Em 31 de dezembro de 2015 foi registrada a provisão baseada nas informações coletadas, incluindo tecnologia disponível e preços correntes.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia Samarco Mineradora S.A. (2015)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2015	Nota	Controladora	
		2015	2014
Valores em Milhares de Reais - R\$			
Passivo			
Passivo não circulante			
Empréstimos e Financiamentos		14.741.919	10.291.321
Encargos Financeiros a pagar		740	177
Dividendos		2.805.548	-
Provisões para contingências	19	139.565	126.678
Imposto de renda diferido		-	512.771
Provisões diversas	3	8.551.899	367.043
Outros passivos		275.655	172.483
Total do passivo não circulante		26.515.326	11.470.473

Figura 3 Passivo Não Circulante

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia Samarco Mineradora S.A. (2015)

A provisão constituída foi descontada a valor presente, utilizando a taxa livre de risco de 7,185% ao ano, baseada em um título de dez anos, e considerando o fluxo de desenvolvimento esperado nos próximos quinze anos.

O saldo da conta Provisões para contingências no final do exercício de 2015, é composto por ICMS-multa; Honorários advocatícios; Ações tributárias; Ações cíveis; Ações trabalhistas; Ações ambientais e outras não especificadas. Resultando no montante de 139.565, em milhares de reais. Analisando as provisões diversas do ativo não circulante, encontramos a maior parte dos valores destinados a provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica, representando 94% do montante desta conta.

Demonstração do Resultado	Nota 3	2015
Valores em Milhares de Reais - R\$		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		-197.515
Lucro Bruto		-197.515
Despesas Operacionais		
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(j)	-R\$ 9.833.189
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(j)	-R\$ 144.350
Provisão para perda de ativo imobilizado	(j)	-216.817
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		-R\$ 10.391.871
Resultado Financeiro		-
Prejuízo antes do imposto de renda		-R\$ 10.391.871
Imposto de renda		2.555.405

Prejuízo do Exercício	-R\$ 7.836.466
-----------------------	----------------

Figura 4 Demonstração do Resultado

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia Samarco Mineradora S.A. (2015)

A figura 4, apresenta os valores apresentados nas notas explicativas, justificando as provisões e despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica.

De acordo com o item (j), as despesas para recuperação ambiental e social foram compostas para medidas de prevenção e recuperação.

A figura 5 demonstra os valores destinados a cada uma das despesas incluídas.

Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

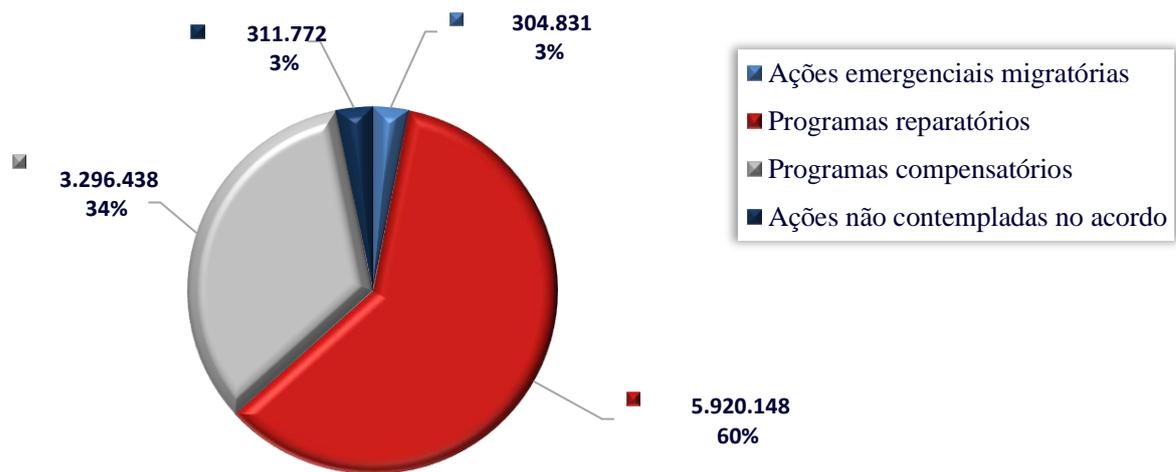


Figura 5 Distribuição da provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia Samarco Mineradora S.A. (2015)

Conforme a figura 5 ilustra, a maior parcela inicial provisionada é referente aos programas reparatórios.

Conforme citado na nota explicativa n° item (g.2), compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas, podem ser verificados na descrição das notas explicativas.

Já os custos g.1 e g.3 compreendem respectivamente, as ações emergenciais e migratórias para solucionar o caso das famílias atingidas pelo impacto, e programas compensatórios para recuperação dos danos ambientais, da economia das indústrias regionais e fortalecimento das estruturas. As outras ações não contempladas no acordo, compreendem a outros desembolsos que não foram especificados no programa TTAC.

4. Considerações Finais

Com o aumento dos desastres ambientais, e conseqüentemente o desequilíbrio ambiental, a política de sustentabilidade tem se propagado, as organizações estão cada vez mais preocupadas com o meio ambiente e sua conservação. Pensando nisso, foram desenvolvidas estratégias de gestão, para mensurar, quantificar e controlar o patrimônio ambiental das empresas.

Surgiu então a alternativa de desenvolvimento sustentável, cujo conceito foi amadurecendo ao longo dos anos a partir da visão crítica de vários especialistas e políticos, tendo como plano de fundo várias convenções mundiais. A esse conceito sugere-se a agregação da contabilidade ambiental, responsabilidade social e práticas tecnológicas como alternativas para a gestão e melhoramento dos processos produtivos. (Seifert 2010)

O tema sustentabilidade está presente em todos os segmentos, e algumas organizações apresentam juntamente com os seus resultados contábeis, o relatório de sustentabilidade, apresentando os seus projetos inovadores, suas ações para contribuir com o meio ambiente, a recuperação dos possíveis danos causados por suas ações e projetos para eliminação ou redução de impactos ambientais.

A contabilidade vista como ferramenta de controle e gestão, é útil na parte ambiental, para mensurar, controlar custos, evidenciar resultados, a fim de, contribuir para a redução dos impactos ambientais.

O marco teórico da inserção da contabilidade como ciência da sustentabilidade está contido no capítulo 8, letra d, da Agenda 21, que, conforme descreve Ferreira (2003, p14), “ [...] da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas”. Sendo assim, a contabilidade ambiental em conjunto com a responsabilidade social e as estratégias de gestão ambiental, contribuem para a evolução do desenvolvimento sustentável.

É notório que a questão ambiental está relacionada a governança corporativa das empresas, a responsabilidade socioambiental está em alta e a evidenciação dos resultados contábeis, transferem um valor intangível as empresas. Quanto maior o nível de governança, melhor a empresa será classificada, e o seu valor de mercado será elevado. Sendo assim, as empresas buscam hoje unir a prevenção de riscos, a redução de danos e impactos ambientais, implantando uma economia de desenvolvimento sustentável, a fim de, contribuir com o meio ambiente e valorar positivamente o patrimônio empresarial.

O estudo apresentado sobre os passivos contingentes e provisões da empresa Samarco, remete a importância da contabilidade da gestão ambiental. Foi através da contabilidade que a Companhia conseguiu mensurar e avaliar os danos, tanto tangíveis, no caso das propriedades e estrutura da barragem, quanto nos intangíveis, como as vidas e os danos ambientais. E é com base nela também que foi possível provisionar o capital necessário para a recuperação e mitigação das áreas degradadas.

Ensinar não significa apenas transmitir nossa ciência e nossa cultura, mas também seus aspectos subjacentes, ou seja, consiste em uma maneira particular de expor um pensamento e de considerar uma problemática específica. Consiste em apresentar a tradição cultural herdada de uma problemática milenar, possibilitando a reflexão sobre os contextos históricos que a formaram sobre o contexto atual, de modo a contribuir com a formação de cidadãos conscientes e críticos diante da realidade socioambiental e da forma como a atual sociedade se organiza para promover tal reflexão (MORENO apud LERÍPIO,2000).

5. Referências

ALBERTON, Luiz, CARVALHO, Fernando Nitz, CRISPIM, Graciele Hernandez.

Evidenciação da Responsabilidade Social/Ambiental na Perspectiva de um novo Contexto Empresarial. Disponível em: < <http://nemac.ufsc.br/files/2012/11/2-151.pdf> > Acesso em 01 set. 2016.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial, Saraiva, 2007 2ª EDIÇÃO

BRAGA Célia (ORGANIZADORA), Contabilidade Ambiental, ferramenta para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas 2010

CARVALHO, Gardênia Maria Braga. Contabilidade ambiental, teoria e prática. Curitiba: 2010

CHAVES, Débora Almeida, CASTELLO, Rebecca do Nascimento. O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial. 2013

CÔRTEZ, Pedro Luiz, MARTINS, Pablo Luiz. A evidenciação da responsabilidade ambiental: um estudo de caso de uma empresa siderúrgica em Minas Gerais. 2016. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos2008.php?pag=63>> Acesso em 01 set. 2016

CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. 2009. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-mitidos/Pronunciamentos/Pronuncmento?Id=56>> Acesso em 01 mai. 2016

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade, São Paulo: Atlas 2011 2ª edição

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade Ambiental, uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas 2003.

FURIO, Paulo Roberto. Valoração Ambiental: aplicação de métodos de valoração em empresas dos setores mineração, papel e celulose e siderurgia. 2006. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3961/PauloRFurio.pdf?sequence=1>

GARCIA, Ronise Siqueira Mendes OLIVEIRA, Daniele Lopes. CONTABILIDADE AMBIENTAL: HISTÓRIA E FUNÇÃO – 2009. > Gestão & Tecnologia - Faculdade Delta - ISSN 2176-2449. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/1404363-Contabilidade-ambiental-historia-e-funcao.html>> Acesso em 06 jul. 2016

GORI, Alexandre, MAIA, Ademar Ribeiro, BASTIAAN, Romeiro, REYDON, Philip. Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 116, mar. 2004

GOULART, Claiton Pazzini, FEDATO, Geovana Alves de Lima. Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 3, n. 1, art. 9, pp. 121-129, jan. /Dez 2010.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Laudo técnico preliminar dos impactos ambientais decorrentes do rompimento da barragem de fundão, em Mariana, Minas Gerais. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf> Acesso em 01. Set 2016

JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal , SANTOS, Milton dos , ANDRADE. Gustavo. Valoração Econômica Ambiental: um estudo analítico e teórico dos métodos e suas multi-aplicabilidades. 2012. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

KRESPI, Nayane Thais, UTZIG, Mara Jaqueline Santore, DALLABONA, Lara Fabiana, SCARPIN, Jorge Eduardo. Evidenciação de informações ambientais: análise sob o aspecto do balanço social de empresas listadas na ISE 2012. Disponível em < <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero4v8/Isep.pdf> > Acesso em 06 jul. 2016

LAURINDO, Jamile da silva. 2014 A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Jamile-da-Silva-Laurindo.pdf> > Acesso em 06 jul. 2016

MENDES, Fernando Bernardo. A Contabilidade Ambiental: Conceitos e Concepções metodológicas. 2010

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: Evolução dos Conceitos Teóricos e os Problemas da Mensuração Prática. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004. Disponível em: <[file:///C:/Users/Emp%C3%B3rio%205/Downloads/3442-14512-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Emp%C3%B3rio%205/Downloads/3442-14512-1-PB%20(1).pdf) > Acesso em 05 jun. 2016

REZENDE, José Luiz Pereira; LIMA, Adriana Barreto; FONSECA, Reinaldo Aparecida. Métodos de valoração dos bens e serviços ambientais: uma contribuição para o desenvolvimento regional sustentável. 2014 Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/40-congresso-internacional/eixo-3/418-3-5-format-metodos-de-valoracao-dos-bens-e-servicos-ambientais/file>> Acesso em 01. Set 2016

SAMARCO MINERADORA S.A – Relatórios – Demonstrações financeiras 2015. Disponível em:< <http://www.samarco.com/institucional/relatorios> > Acesso em 01 set. 2016

SAMARCO MINERADORA S.A – Comunicados, 2015. Disponível em:< <http://www.samarco.com/comunicados> > Acesso em 01 set. 2016

SAMARCO MINERADORA S.A – Dossiê – 2015- Disponível em:<<http://www.samarco.com/balanco/> >, < http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/12/Dossie_reduzido_15_09_V1-baixa.pdf> Acesso em 01 set. 2016

SEIFFERT, Mari Elizabeth Bernardini. Gestão Ambiental, instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: atlas 2010

SHIGUNOV, Neto Alexandre, CAMPOS Lucila Maria. Fundamentos da Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna 2009.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER Maria Elisabeth. Contabilidade e Gestão ambiental. São Paulo: Atlas 3ª edição 2011

VELANNI, Cassio Luiz. Contabilidade e responsabilidade social. São Paulo Atlas: 2011

ZAGO, Ana Paula Pinheiro, BORBA, José Alonso. A Evidenciação do Passivo Ambiental de Empresas do Ramo de Mineração: uma Abordagem Preliminar, 2004. Disponível em: <www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad.../2004_GSA2510.pdf>. Acesso 01 set. 2016

YAMAGUCHI, Cristina Kreiko. Contabilidade ambiental nas organizações, instrumento de criação do conhecimento. Curitiba: Juruá, 2013.